



Interpeleção Escrita

Em 2014, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas, tanto esta como os representantes do Governo concordaram com as opiniões sobre a desadequação da lei das aquisições face ao real desenvolvimento da sociedade. Segundo uma reportagem recente, “o Governo da RAEM vai acelerar o processo de melhoramento e de optimização do actual regime das aquisições, tendo em conta as respectivas importância e urgência. Em primeiro lugar, vai introduzir alterações às normas sobre os valores, em vigor há mais de 20 anos, através de um regulamento administrativo cuja elaboração já está concluída; e a revisão da lei entrou já em processo legislativo.¹”

Na opinião de alguns cidadãos, já antes de 2014 a sociedade tinha chegado a um consenso quanto à necessidade de rever a lei das aquisições, que se encontrava gravemente ultrapassada, com vista à eficiente utilização do erário público e afectação das despesas para as obras públicas por parte do Governo da RAEM. Porém, este, até à presente data, ainda não divulgou a calendarização daquela revisão. Foi recentemente revelado que “no Relatório de auditoria se dava conta de que as rendas anuais do arrendamento de escritórios e parques de estacionamento por parte de 68 serviços públicos tinham passado de 140 milhões em 2004 para 580 milhões em 2014, e que,

Referências:

¹ Leong Vai Tac: acelerar o aperfeiçoamento do regime de aquisições, Diário de Macau, 2016-04-15



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

entre as fracções arrendadas em edifícios comerciais na zona da Sé, a diferença das rendas por metro quadrado chega a atingir 11 vezes mais²; e também “no tocante aos serviços adjudicados pelo Governo, o Comissariado de Auditoria revelou a existência de vários problemas em 81 serviços adjudicados, envolvendo 6 serviços públicos, incluindo, nomeadamente, montantes superiores ao limite de competência para autorização de despesas, dispensa de adjudicação sem terem sido cumpridas as devidas exigências legais, etc., situações que implicam um montante de 120 milhões³.”

Perante isto, houve quem, de entre os cidadãos, me tivesse pedido para apresentar à Administração as suas dúvidas. No intuito de prevenir o caos em causa, isto é, o esbanjamento, o abuso na utilização do erário público, e os excessos orçamentais “segundo a lei”, por parte dos serviços públicos, há que, aquando da revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, rever a lei das aquisições. Mais, as autoridades já planearam, há muito tempo, a revisão desta lei, a qual, segundo afirmaram, se encontrava já em processo legislativo. Então, qual é o ponto da situação? Quando é que será possível a conclusão do processo legislativo da lei das aquisições? Existe alguma calendarização para conhecimento dos cidadãos?

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

² São inúmeros os imóveis privados arrendados pelo Governo da RAEM para escritórios - fenómeno raro no mundo, Rádio Macau, 2016-08-31

³ O Relatório de auditoria critica a gestão financeira de vários serviços públicos pelo desvio à intenção inicial da lei, Rádio Macau, 2016-01-21



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Houve quem, de entre os cidadãos, me tivesse pedido para apresentar à Administração as suas dúvidas. No intuito de prevenir o caos em causa, isto é, o esbanjamento, o abuso na utilização do erário público, e os excessos orçamentais “segundo a lei”, por parte dos serviços públicos, há que, aquando da revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, rever a lei das aquisições. Mais, as autoridades já planearam, há muito tempo, a revisão desta lei, a qual, segundo afirmaram, se encontrava já em processo legislativo. Então, qual é o ponto da situação? Quando é que será possível a conclusão do processo legislativo da lei das aquisições? Existe alguma calendarização para conhecimento dos cidadãos?

7 de Setembro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Mak Soi Kun